



**“UM TRABALHO DE FORMIGUINHA”: OS MUTIRÕES DE LIMPEZA DAS PRAIAS
NO LITORAL SUL PERNAMBUCANO DURANTE O DESASTRE AMBIENTAL DE 2019**

***“A little ant job”: the effort to clean beaches on the southern coast of
pernambuco during the 2019 environmental disaster***

Thereza Cristina Cardoso Menezes
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ).
E-mail: therezaccm@uol.com.br

Áltera, João Pessoa, v.1, n.12, p. 127-146, jan./jun. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O artigo busca compreender a mobilização social nos mutirões de limpeza das praias no Nordeste do Brasil. Para tal, tomo como foco o município de Tamandaré no litoral Sul de Pernambuco, região de destacada importância turística que foi gravemente afetada pelo desastre ambiental provocado pelo vazamento de petróleo bruto em outubro e novembro de 2019. Procura-se analisar o processo de realização do grande mutirão de limpeza na Praia dos Carneiros, evento que ganhou as páginas da mídia nacional e internacional como um exemplo de mobilização coletiva para a preservação ambiental. A análise do evento exigiu o resgate da longa história prévia de mobilizações de trabalhadores rurais da região, situando-o em um complexo conjunto de lutas e transformações sociais que caracterizaram a Mata Sul pernambucana nas últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Mobilização social. Mutirão. Desastre ambiental no Nordeste. Mata Sul de Pernambuco. Praia dos Carneiros.

ABSTRACT:

The article seeks to understand the social mobilization in the task forces to clean beaches in Northeast Brazil. To this end, I focus on the municipality of Tamandaré on the southern coast of Pernambuco, a region of outstanding tourist importance that was severely affected by the environmental disaster caused by the crude oil spill in October and November 2019. Large cleaning effort at Praia dos Carneiros, an event that won the pages of the national and international media as an example of collective mobilization for environmental preservation. The analysis of the event required the rescue of the long previous history of mobilizations of rural workers in the region, placing it in a complex set of struggles and social transformations that characterized the Mata Sul in Pernambuco in recent decades.

KEYWORDS:

Social mobilization. Collective effort. Environmental Disaster in Northeast Brazil. South Forest of Pernambuco. Carneiros Beach.



“Sejamos pragmáticos, ora bolas!
Já é tempo de descartarmos as utopias.
Se vocês quiserem descartar as utopias, façam mutirão!”¹

Chico de Oliveira, 2006

No fim de agosto de 2019, manchas de óleo cru (petróleo bruto) apareceram em praias do nordeste brasileiro². A primeira mancha de óleo foi registrada no dia 30 de agosto na Paraíba e, em seguida, um enorme vazamento de aproximadamente cinco mil toneladas de óleo espalhou-se pelo restante do litoral nordestino até o mês de novembro por uma extensão de cerca de 3 mil quilômetros. Um vazamento de óleo de origem desconhecida que atingiu todos os estados da região, no que foi classificado pelo Ministério Público Federal (MPF) como o maior desastre ambiental da costa brasileira³.

O litoral de Pernambuco foi duramente afetado pelo vazamento, particularmente o litoral sul e praias como Aver-o-Mar, Guaiamum e Ilha de Santo Aleixo, em Sirinhaém; Mamucabinhas, em Barreiros; Carneiros e Boca da Barra, em Tamandaré. Os rios da região também foram impactados e a poluição chegou aos rios Persinunga, Una e Formoso, em Tamandaré. No final de outubro de 2019, o governo pernambucano informou que havia retirado 1.561 toneladas de óleo do litoral do estado em cerca de duas semanas.

¹ Relembro aqui uma referência clássica no debate sociológico da década de 1970 sobre o significado dos mutirões que foi novamente reafirmado em Conferência apresentada em 2004 por Francisco Oliveira no seminário de pesquisa “Políticas Habitacionais, Produção de Moradia por Mutirão e Processos Autogestionários: Balanço Crítico de Experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza”, realizado na FAU-USP. Francisco de Oliveira retomou a ideia de que o rebaixamento do custo da força no Brasil esteve associado a um esforço de redução do custo de reprodução da força de trabalho, mediante a criação de mutirões de construção de moradia pelos trabalhadores. A tese de Oliveira, apresentada inicialmente em *Crítica da Razão Dualista* (1972), destaca que a expansão das formas capitalistas modernas não só não era impedimento para existência de formas socioeconômicas atrasadas, como delas se alimentava para manter ou elevar as taxas de lucro.

² Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na Mesa-redonda: Transformações e permanências da “civilização do açúcar” no Brasil contemporâneo: reordenamento agrário, trabalho e meio ambiente, no 44º Encontro Anual da ANPOCS em dezembro de 2020.

³ O texto reuniu dados previamente levantados em extenso trabalho de campo realizado no litoral sul de Pernambuco entre 2000 e 2005 para minha tese de doutorado (MENEZES, 2004) e pesquisa posterior sobre assentamentos rurais da região. Acompanhei o evento de 2019 à distância, através de informações divulgadas pela imprensa e rede de contatos com atores locais.



Em um único dia, a imprensa chegava a noticiar a retirada de 20 toneladas de óleo de praias pernambucanas do litoral sul. Enquanto o óleo chegava às praias, o Governo Federal se mostrava incapaz de identificar a origem do vazamento e monitorar o alto mar. A Marinha brasileira revelou que cerca de 140 navios petroleiros passaram pela região afetada no período do vazamento e, segundo o IBAMA, Petrobrás e pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Estadual de Feira de Santana, as amostras coletadas do litoral nordestino indicavam que, por suas características, o óleo teria origem venezuelana com grande probabilidade de ter se originado de um navio que operava irregularmente.

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Câmara dos Deputados, o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles afirmou que uma análise apontou que o petróleo encontrado na costa brasileira indicava a provável origem venezuelana. Logo a informação sobre a suposta origem do vazamento converteu-se em acusação e o presidente Jair Bolsonaro declarou em vídeo transmitido ao vivo no Facebook ao lado do ministro da Defesa e oficiais da Marinha que o óleo que atingiu as praias do Nordeste poderia ser uma ação intencional e criminosa do governo venezuelano⁴.

As autoridades da Venezuela reagiram às afirmações do governo brasileiro e a empresa estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) afirmou em nota que não havia evidências de vazamento de petróleo cru nos campos petroleiros da Venezuela que pudessem ter gerado danos ao ecossistema marinho do país vizinho e que não recebeu nenhum aviso de clientes ou filiais sobre avaria ou derrame próximo à costa brasileira, cuja distância das instalações petroleiras venezuelanas seria de aproximadamente 6.650 km, pelo mar.

O Ministério Público Federal (MPF), com respaldo dos procuradores dos nove estados nordestinos, entrou com uma ação contra a União, alegando omissão no caso das manchas de óleo, impondo o prazo de 24 horas para que fosse colocado em prática o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em

⁴ Jair Bolsonaro se referia à realização do leilão de petróleo da cessão onerosa que estava previsto para novembro de 2019. As áreas ofertadas no leilão da cessão onerosa somavam um bônus de assinatura total de cerca de 106,5 bilhões de reais, constituindo a maior rodada de licitações de petróleo já realizada.



Água, com multa diária prevista de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento. Somente cerca de 41 dias depois de as primeiras manchas aparecerem no litoral nordestino, foi acionado este Plano⁵, embora o ministro do meio ambiente informasse em cadeia nacional de rádio e TV que o Governo estava se empenhando em responder à crise.

A MOBILIZAÇÃO

Enquanto o Governo brasileiro se ocupava de administrar discursivamente a culpa da catástrofe ambiental, chamou a atenção a reação das populações litorâneas nordestinas ao desastre. Houve uma intensa mobilização da população em alguns municípios litorâneos para despoluir recifes de corais, areia e os estuários dos rios afetados. Nos primeiros dias do desastre, os voluntários se lançaram de forma totalmente amadora à limpeza sem portar qualquer conhecimento sobre como lidar com tal substância, orientação técnica ou equipamentos de proteção individual.

A Praia dos Carneiros⁶ é um dos trechos litorâneos turisticamente mais valorizados de Pernambuco e é considerada uma das praias mais belas do país. Ela está situada no município de Tamandaré e foi um dos locais do litoral nordestino mais atingido pelo vazamento. Um posto de monitoramento aéreo foi montado na Praia dos Carneiros e outro no farol do Forte de Tamandaré e lá criado um gabinete de crise para monitorar a chegada do produto.

As manchas de óleo atingiram a praia no dia 18 de outubro, sendo monitoradas desde a véspera da chegada ao local por uma força-tarefa formada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Marinha, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros que sobrevoava a região acompanhando o avanço da poluição. Moradores, turistas, muitos pescadores e equipes de órgãos do governo estadual formaram um mutirão para retirar o óleo das praias desde às 5h, horário no qual as manchas chegaram. Neste dia, cerca de 25 toneladas do material poluente foram retiradas de 1,8 quilômetros de praia.

⁵ Administração Federal extinguiu conselhos e entidades da sociedade civil que fazem parte da estrutura organizacional prevista pelo plano.

⁶ A Praia dos Carneiros está situada a 113 km da capital pernambucana. Caracterizada por altos coqueiros, areias claras e finas e águas calmas, quentes e de coloração turquesa praticamente durante todo o ano, tem uma grande barreira de recifes que forma piscinas naturais na maré baixa. É um dos principais pontos turísticos de Pernambuco.



Em Tamandaré/PE, destacou-se ainda a participação da Igreja na pessoa do padre Arlindo Laurindo de Matos Júnior, da paróquia de São Pedro, um personagem dos mais atuantes no processo de mobilização do mutirão da Praia dos Carneiros. Ele relatou que, através dos grupos de *WhatsApp*, as redes de profissionais que vivem das atividades marinhas e estuarinas e da população em geral começou a compartilhar notícias sobre a aproximação das manchas de óleo, e, na manhã prevista, a praia já tinha sido atingida. O padre disse que “calçou a luva e começou a limpar”, atitude semelhante à de pescadores e muitas outras pessoas da comunidade que foram pouco a pouco se juntando à tarefa. “Quando vimos a extensão daquilo parecia ser uma tarefa impossível”, afirmou o padre.

Dois dias após o início do mutirão, o padre conta ter visto três integrantes da Marinha no local olhando e filmando a situação. Indagados sobre a colaboração da entidade no mutirão, eles disseram que não estavam com equipamento de proteção adequado e que iriam aguardar. A situação foi interpretada pelo padre como: “uma sensação de abandono por parte do governo federal”. Tal sensação se dirigia também para as ONGs e entidades ambientalistas.

A consciência do risco à saúde era sentida pelos participantes, mas, conforme contou o padre, “tiveram que colocar a mão na massa, não teve outro jeito (...), talvez seja perigoso, mas estamos tomando o maior cuidado que podemos porque, se não fizermos, ninguém vai fazer por nós. Se não tem luva, a gente pega com saco plástico, mas ficar esperando não dá”. Dos relatos aos quais tive acesso é recorrente a percepção de que “se a comunidade não tivesse se mobilizado teria sido muito pior” e que o evento mostrou a enorme organização, “solidariedade e força da comunidade”.

O biólogo e oceanógrafo Clemente Coelho Júnior, professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco (UPE) que testemunhou o mutirão no local, afirmou “vi aqui uma das mobilizações mais incríveis que eu assisti. A sociedade acabou se articulando, porém foi um trabalho de formiguinha” (COELHO JÚNIOR, 2019). Dentre os voluntários que retiraram óleo, estava Júnior de 36 anos, que mora e trabalha como marinha na Praia dos Carneiros de onde tira o sustento levando turistas para passeios de barco e relatava a situação como “muito triste...



Abalou o comércio de modo geral. Uma hora dessas, num dia de hoje, era para estar lotado... O movimento de clientes diminuiu... Houve muitos cancelamentos. A situação financeira foi muito abalada”.

O uso do *WhatsApp* foi recurso fundamental para compreender como as redes de contatos pessoais se entrecruzaram para a troca de informação rápida e organização da mobilização coletiva. O aplicativo foi também um meio para fazer circular opiniões e acusações relacionadas ao poder público. O prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker (PSB)⁷, criou um grupo de *WhatsApp* intitulado “Gabinete de Crise”, cujos membros são autoridades reunidas para solucionar os prejuízos causados pelo vazamento de óleo no Litoral Sul. Neste grupo, o prefeito exaltou o esforço de funcionários das prefeituras de Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém, além do grande grupo de voluntários engajados no mutirão de retirada de óleo nas praias, mas ironizou representantes de entidades que, ao invés de “arregaçar a manga e trabalhar”, apenas se envolveram em atos de cunho administrativo.

Fotografias em jornais e reportagens de televisão retrataram atos coletivos semelhantes em outros municípios de Pernambuco, destacando o esforço da população que, voluntariamente, ocupou as praias para limpar toneladas de petróleo bruto no município de Cabo de Santo Agostinho. Viu-se centenas de pessoas que lotavam a praia de Itapuama reunidas para tentar reduzir os danos naquele pedaço de litoral. Uma moradora que participava do mutirão, em entrevista para o Jornal El País em 23 de outubro de 2019 relata: “infelizmente já aconteceu e parecem não estar se importando muito. Como não temos ajuda do Governo, juntamos o que temos. É uma auto-gestão mesmo. Todo mundo está vindo, aprendendo e tentando ver qual é a maneira de fazer, e ajudando no que puder”.

As imagens diárias das emissoras de TV do país mostravam voluntários que atuavam por conta própria ou em pequenos grupos misturados aos funcionários de prefeituras das cidades afetadas. Muitos foram para o mutirão através dos chamados no *Facebook* ou dos numerosos grupos de *WhatsApp* criados para monitorar e mobili-

⁷ No momento em que eu concluía este texto, soube que Sérgio Hacker não conseguiu se reeleger. Lembro que este era marido de Sarí Corte Real, indiciada por abandono de incapaz com resultado de morte no Caso Miguel. Trata-se de um menino de 5 anos, filho da empregada do casal, que morreu após cair do nono andar do edifício de luxo onde eles mantêm residência no Centro do Recife. Este foi um caso amplamente noticiado na imprensa com repercussão nacional.

zar voluntários, atendendo ao chamado da rede de amigos, vizinhos ou de entidades como Colônias de Pescadores, lideranças religiosas e ONGs ambientalistas. A rede de colaboração foi abarcando vários setores da sociedade, dando condições para a continuidade no tempo da mobilização: uma rede de supermercados que doou luvas e botas para proteção, grupos recolheram água e alimentos em pontos de coleta para distribuir aos voluntários, uma empresa de pedágio da região isentou os voluntários que precisavam passar com seus veículos, pousadas ofereceram quartos para quem precisasse ficar na região colaborando no mutirão e psicólogos começaram a se organizar para atender a população local que foi mais afetada pelo desastre.

Segundo relatou Genilson, pescador e morador de Itapuama de 39 anos: “nunca vi tanta gente aqui... A comunidade e o pessoal de fora está ajudando muito. Eu fico com medo. A gente vive de pesca. Esses caras que fizeram isso... É um crime”, conta ele. “Hoje está uma maravilha, mas ontem parecia que havia lama que nem a de Minas Gerais”, associando o desastre do rompimento da Barragem de Brumadinho e o vazamento de óleo no Nordeste.

Cabe lembrar que a mobilização teve seus efeitos sobre a saúde dos voluntários. Em outubro de 2019, foram registrados sessenta e seis casos suspeitos de intoxicação por contato com o óleo cru das praias de Pernambuco, notificados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES).

DEPOIS DO DESASTRE

Passado um ano do desastre, a Marinha do Brasil encerrou a primeira fase de investigações sem apontar culpados ou indicar a origem exata do derramamento que atingiu o litoral dos nove estados do Nordeste e dois do Sudeste, totalizando 130 municípios afetados. O inquérito aponta que o petróleo foi derramado a uma distância de 700 quilômetros da costa brasileira e se movimentou submerso por 40 dias⁸.

No final do mês de novembro de 2019, o Presidente do Instituto Brasileiro

⁸ Em novembro de 2019, uma operação da PF levantou suspeitas de que um navio grego estaria relacionado com a contaminação do litoral brasileiro. A Marinha do Brasil disse ter notificado 30 navios-tanque de 10 diferentes bandeiras a prestarem esclarecimentos na investigação sobre a origem do óleo. Cinco navios gregos foram notificados oficialmente pela instituição, mas apenas três carregavam petróleo venezuelano, do mesmo tipo encontrado na costa brasileira.



de Turismo (Embratur), declarava à imprensa que o vazamento de óleo que atingiu a costa nordeste brasileira por mais de dois meses já era “página virada”. Ele informou ter percorrido o litoral nordestino e mergulhado no litoral de pernambucano “em maré cheia”, nos municípios de Tamandaré (PE), São José de Coroa Grande (PE), Maragogi (AL) e São Miguel dos Milagres (AL) afirmando que se “tivesse algum óleo encostado tinha aflorado, e não constatou nada disso”. Inclusive, comemorou as altas taxas de ocupação hoteleira na região em novembro e a recuperação do turismo interno e externo. O secretário de Turismo de Pernambuco destacou o seu esforço pessoal junto ao comitê de crise do estado para retirar os dejetos do mar e avaliou o episódio do vazamento dizendo que Pernambuco “conseguiu, com muita previedade, dar resposta positiva. Em menos de 24h não existia mais óleo. A imprensa botou durante 40 e 50 dias falando de óleo, mas, aqui, limpamos em 24h a nossa costa. Graças a uma ação conjunta de todos os entes” (COSTA, 2019).

Contrariamente, a percepção do *trade* turístico sobre o vazamento como “uma página virada”, a chegada do petróleo nas praias e manguezais ainda tem um impacto profundo em toda a cadeia da pesca artesanal, em toda a economia pesqueira, segundo o Conselho Pastoral de Pescadores. Apesar dos esforços de voluntários para superar o impacto, não foi possível a retirada de todo o óleo que ainda está impregnado em raízes e troncos de árvores de mangues, enterrados na areia e escondido entre os recifes de corais.

Segundo Araujo et al. (2020), o Instituto Oceanário da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) estimou que 30 mil pessoas vivem da pesca artesanal no Estado de Pernambuco. Em uma pesquisa exploratória realizada por Ramalho (2019), é revelado que, em novembro de 2019, mesmo em comunidades pesqueiras artesanais de Pernambuco que não foram atingidas diretamente pela chegada do óleo (Litoral Norte de PE), o impacto na renda e segurança alimentar se mostrava significativo.

Pescados como sururu, ostra e marisco praticamente não tinham procura devido ao temor de terem sido infectados pelos vazamentos de óleo. O mesmo acontecia com outras espécies comuns nas áreas dos rios, estuários e o mar próximo à praia em Pernambuco. Por medo de intoxicação, o mercado consumidor não demandava

mais tais produtos. Embora esta crise tenha atingido os pescados de modo geral, eram as marisqueiras as mais afetadas. Cabe mencionar que foi disponibilizado recurso, através da MP 908/2019, para o pagamento do auxílio emergencial pecuniário no valor de dois salários-mínimos, mas este foi insuficiente para mitigar os impactos econômicos impostos aos pescadores e pescadoras⁹. Muitas pessoas foram excluídas do acesso ao auxílio, principalmente as mulheres pescadoras.

Sem receber qualquer assistência associada à reparação do desastre, os pescadores seguem mobilizados buscando saídas para as comunidades afetadas através da Campanha Mar de Luta. A campanha nacional envolve organizações e comunidades e coloca em pauta novamente os impactos permanentes do petróleo na pesca artesanal.

Lançada no dia 30 de agosto de 2020, a *Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas atingidos pelo Petróleo* é uma iniciativa de movimentos sociais de pescadores artesanais e de organizações de defesa dos direitos humanos e socioambientais, que “exige respostas concretas para as famílias dos Pescadores e Pescadoras, que estão há cerca de um ano enfrentando sozinhas o maior crime ambiental da história do Brasil”.

TURISMO E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PERNAMBUCANA

Busquei, até aqui, apresentar uma descrição breve e geral do desastre ambiental e da reação social a eles na forma de mutirões de limpeza das praias. Tomei como foco o mutirão no litoral sul de Pernambuco, particularmente o mutirão da Praia dos Carneiros, no município de Tamandaré, por este ter sido duramente afetado, pela grande mobilização para mitigar o desastre e por ser um lugar onde realizei um longo período de trabalho de campo¹⁰. Procurei, até aqui, contextualizar a diversidade de

⁹ O auxílio emergencial equivalia a dois salários-mínimos e foi pago em duas parcelas iguais e disponibilizado pela Caixa Econômica Federal. Outra MP, a 911/2019, abriu o crédito extraordinário de R\$ 131,7 milhões para o Ministério da Cidadania pagar os cerca de 66 mil auxílios emergenciais aos pescadores (Agência Senado).

¹⁰ Realizei várias etapas de trabalho de campo entre 1999 e 2005, totalizando uma permanência de aproximadamente 7 meses no município de Rio Formoso com visitas frequentes aos municípios de Tamandaré, Sirinhaém e Barreiros. Após 2005, realizei visitas de curta duração à região e acompanhei os acontecimentos através da mídia e de informações obtidas através de redes de amizade estabelecidas com moradores locais.



narrativas, interpretações e atitudes perante o desastre, mostrando como a inércia do poder público diante de uma catástrofe gerou a ação coletiva.

Muitos mutirões foram registrados na região Nordeste, porém estes tiveram envolvimento social, duração e reconhecimentos muito distintos. Para além da suposição de uma sensibilidade ambiental compartilhada coletivamente como razão da mobilização, creio que compreender as diferentes reações face ao desastre exige um exame mais fino da formação de redes de interação entre diversos agentes sociais que participaram das mobilizações, bem como as especificidades das culturas políticas locais.

O turismo pernambucano teve impulso entre as décadas de setenta e oitenta, período seguido de estagnação no setor na década de noventa. Cabe salientar que a elite usineira se constituiu como frequente investidora do ramo hoteleiro do estado e com as oportunidades de crédito abertas por programas de incentivo do Governo ao uso de álcool em veículos (Proálcool)¹¹, o mercado de produção de cana se redinamizou em detrimento do investimento turístico. No entanto a retirada gradual da participação dos investimentos públicos no Proálcool se acentuou entre 1985 e 1996 e a taxa de crescimento média da produção de etanol no Brasil caiu consideravelmente. Uma crise setorial se abateu sobre o setor usineiro pernambucano, levando à falência, endividamentos e ocupações de engenhos por trabalhadores rurais.

Em 1998, face à crise sucroalcooleira, durante o governo de Jarbas Vasconcelos, foi elaborado um programa chamado de Macro Estratégia Turística para o Estado de Pernambuco, apresentando documentos norteadores contendo ações e diretrizes para o desenvolvimento do turismo para o estado e, desde então, observa-se maior continuidade no investimento e esforço de gestão pública do turismo no estado e notória prioridade aos municípios litorâneos.

Paralelamente a esse contexto de crise da agroindústria canavieira e, sobretudo, de conquista dos engenhos improdutivos pelos sindicatos locais e MST, um ou-

¹¹ O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi uma consequência de um conjunto de fatores tais como a expansão do parque industrial açucareiro no Brasil no fim da década de 1960, as mudanças no mercado açucareiro mundial na década de 1970, que provocaram a queda dos preços do açúcar devido à concorrência dos adoçantes sintéticos. Concomitantemente, a crise do petróleo que alavancou os preços de combustíveis provenientes do Oriente Médio e demanda pelo etanol, que passou a ser um produto fundamental na matriz energética brasileira.

tro processo esteve em curso na região pesquisada: a criação de Áreas de Proteção Ambiental em Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém, deflagrada a partir de meados da década de 1990¹², ancorada na aposta e investimento significativo na reconversão econômica da faixa litorânea da região em um produto ecoturístico¹³.

O fim da década de 1990 e início da década seguinte foram marcados pela multiplicação de regulações e controles ambientais nos municípios do Litoral Sul, especialmente Rio Formoso e Tamandaré, área focal de investimentos turísticos. Como um dos efeitos não programados da imposição de dispositivos de ordenamento e vigilância, o uso da denúncia de crime ambiental, por exemplo, demonstrou rápida difusão social, constituindo uma ferramenta muito utilizada para gerir disputas de diversas ordens (fundiária, administrativa, vizinhança...) a partir de uma nova linguagem e tendo à disposição amparo legal e aparelhos de vigilância que permitiram uma tradução coletiva de rivalidades de diversas naturezas existentes na região.

Esse exercício de adequação da legislação ambiental às necessidades locais possibilitou-me pensar que é justamente pelo fato de o meio ambiente aparecer em articulação com uma variedade de outros elementos que foi tornando possível seu ajustamento e rápida incorporação na vida social, ultrapassando o raio de segmentos identificados com a proteção ao meio ambiente (MENEZES, 2004).

Mudanças territoriais como a emancipação de Tamandaré e o mosaico de assentamentos e unidades de conservação, associados aos investimentos no perfil ecoturístico da região (Prodetur-NE) tiveram como efeito central a produção de novas institucionalidades e arenas de tomada de decisão. Destaco a criação de uma Com-

¹² Em março de 1997, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA de Guadalupe), uma unidade de conservação estadual situada na porção meridional do litoral sul- pernambucano, que abrange os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros. A APA de Guadalupe é formada por uma área de 44.255 hectares, dos quais 71,4% (31.591 hectares) são constituídos de área continental e 28,6% (12.664 hectares) são de área marítima. O município de Rio Formoso concentra 38,2% da porção continental da APA, seguido por Tamandaré (35,1%), Sirinhaém (19,5%) e Barreiros (7,2%), os quais concentram 28,6% da parcela marítima.

¹³ Este projeto de reconversão foi um efeito a posteriori da decisão de promover o desenvolvimento turístico do litoral nordestino, tomada no início da década de 90, quando o governo federal (gestão de Fernando Collor de Mello) idealizou, juntamente com os governos estaduais de Alagoas e Pernambuco, um grande projeto turístico que seria implantado ao longo do litoral dos dois estados. Esta iniciativa deu origem ao Projeto Costa Dourada, que induziu a criação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), tornando-se extensivo a toda área de jurisdição da Sudene.

panhia de Polícia Ambiental (CIPOMA), Conselhos Municipais de Meio Ambiente de Tamandaré e uma nova Colônia de Pescadores (Rio Formoso). Estes se tornaram espaços fundamentais de difusão da lei e da existência de um aparato policial, de uma nova forma de regulação da vida social baseada e de disseminação de uma etiqueta e crença na proteção ambiental nos últimos vinte anos. A proteção ambiental tornou-se ainda bandeira política e um meio de aquisição de prestígio e recursos para o local (concedendo premiações, projetos, oportunidades de trabalho e estudo).

Vale mencionar, por exemplo, que o primeiro prefeito eleito de Tamandaré (reeleito em 2000) era pescador e havia presidido por três mandatos a Colônia de Pescadores de Rio Formoso (após a emancipação de Tamandaré do município de Rio Formoso). No primeiro mandato, o prefeito demonstrou forte adesão à atuação de entidades ambientais e permitiu a criação de aparatos institucionais voltados à regulação ambiental. Reinava a visão romântica do “prefeito pescador naturalmente identificado com a problemática ambiental”; que foi correspondida pela abertura do espaço político municipal para uma intensa atuação destes grupos. No município-mãe, Rio Formoso, não foi muito diferente, a Colônia de Pescadores passou a ter crescente importância política calcada na vinculação à causa e atividades de proteção ambiental do estuário do rio Formoso/Ariquindá, áreas de importância fundamental para manter despoluída a Praia dos Carneiros.

O Litoral Sul pernambucano trata-se de uma região com importante histórico de mobilização de trabalhadores rurais desde a década de 1950, cenário de surgimento das Ligas Camponesas na década de cinquenta, de grandes greves de canavieiros na década de oitenta, bem como área de concentração de assentamentos rurais e intensa luta pela reforma agrária a partir da década de 1990. Até os anos 1950, o acesso à terra era rigidamente regulado pelos senhores de engenho e usineiros (os chamados patrões), a partir das regras da morada, baseadas em obrigações recíprocas entre patrões e moradores.

Em meados dos anos 1950, as normas da morada, especialmente a permissão de manter as lavouras de subsistência, começaram ser violadas pelos patrões, quebrando-se as obrigações de lealdade dos moradores. Neste período, surgem as ligas camponesas (CALLADO, 1964; JULIÃO, 1962; BEZERRA, 1979), dando início ao movi-



mento social que redundou na criação de sindicatos (PALMEIRA, 1977) e, em 1963, na extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural.

Em municípios como Rio Formoso, do qual Tamandaré foi distrito até sua emancipação em 1995, o sindicato teve sua atuação marcada pelo estímulo aos trabalhadores no sentido de demandar na justiça a obediência às obrigações patronais; isso permitiu a permanência de muitos trabalhadores nos engenhos, devido ao temor que os patrões tinham dos pedidos de indenização.

Nos anos 1980, os sindicatos locais continuam exigindo o cumprimento da lei, através de greves pela manutenção de acordos coletivos e da multiplicação de processos contra patrões na Justiça do Trabalho. O processo de modernização da agroindústria canavieira continuou em marcha ao longo desta década, avançando e degradando o meio ambiente regional através do uso generalizado de agrotóxicos nas plantações.

Neste contexto de fragilidade do poder de patrões e usineiros, surgiram, a partir de 1992, as primeiras ocupações de terra em Rio Formoso e Tamandaré, realizadas pelos militantes do MST e por dirigentes sindicais dos dois municípios, que exigiam do Incra a desapropriação por improdutividade ou devido ao endividamento dos patrões com os bancos.

Em meados da década de 1990, tal processo fez emergir novas modalidades de mobilização dos trabalhadores diferentes das formas prévias de enfrentamento de décadas anteriores como recorrer à justiça (“botar questão contra patrões”) e as grandes greves. O MST e a Fetape (Federação de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) começaram a concorrer em função do número de acampamentos montados para fins de reforma agrária. Tal prática apontou para importantes mudanças nas relações sociais na zona canavieira, indicando a constituição de territórios criados dentro de áreas que, até então, mostravam-se sob rígido controle patronal. Tal mobilização representou uma grande transformação das relações sociais entre patrões, trabalhadores, dirigentes sindicais e o Estado brasileiro, representado pelo Incra (SIGAUD, 2000).

A maioria das ocupações em Rio Formoso e Tamandaré foi feita por trabalha-



dores vindos de fora dos engenhos sob ocupação. Os participantes eram mobilizados pelo MST ou STRs nos próprios municípios ou em municípios vizinhos. A semelhança de arranjos observados nos acampamentos na região permitiu Sigaud (2000) afirmar que existe uma *forma acampamento*. Um modelo proveniente do Sul do país levado para o Nordeste, e ajustado às condições da Mata Sul pernambucana¹⁴.

Concomitantemente à mobilização pelas ocupações dos engenhos, nas periferias urbanas e nas margens dos rios destes municípios (chamada de “pontas de rua”), as sucessivas gerações, que deixaram os engenhos nos anos 1970 e 1980, tornaram os biscates e a pesca uma alternativa de sobrevivência. Muitos destes moradores das postas de rua se identificam socialmente como “pescador”, embora tal identidade reúna uma série de possíveis situações sociais.

A pesca pode ser apenas uma atividade realizada nos períodos de entressafra da cana¹⁵, fora da temporada turística ou atividade praticada em tempo integral. Alguns conseguiam, durante certos períodos, uma produção pesqueira que permite a sobrevivência e comercialização frequente nas feiras locais ou na vizinhança. Em casos mais raros, os pescadores prosperaram e investiram na compra, aluguel ou parcerias para adquirir barcos e realizar atividades turísticas em veículos maiores e mais potentes, capazes de alcançar áreas marítimas. Tornaram-se, assim, “pescadores de noite e dia” ou prestadores de serviços turísticos, passando a viver exclusivamente dessa atividade. A distinção entre a pesca e a vida no engenho era referência frequentemente.

Há um outro grupo que se tornou pescador porque não suportava o trabalho nos canaviais e suas formas de subordinação patronal e escolheu a pesca porque “não queria mais ter patrão”, “não queria ficar preso na ficha” ou não queria mais ser “cativo”.

A pesca artesanal no estuário é percebida como uma atividade muito incerta; e “há dias que se passa o dia no rio e não se pega nenhum peixe”. Para diversos filiados à colônia, a pesca não é percebida como uma profissão, mas como algo tem-

¹⁴ Os processos de ocupação de terras produziram um novo mosaico territorial na região. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto de Terras de Pernambuco (Iterpe), em Pernambuco, existem hoje 327 assentamentos rurais, envolvendo 23.354 famílias. Desses assentamentos, 92 estão localizados na Mata Sul pernambucana, e abrigam um total de 10.809 famílias.

¹⁵ O contrato de trabalho temporário nas usinas de Sirinhaém e Norte de Alagoas é uma alternativa de trabalho relevante na região.

porário que se faz enquanto se espera uma oportunidade melhor. É uma atividade socialmente desvalorizada, muitas vezes associada ao subemprego e insegurança.

Ir para o mangue coletar caranguejos é ainda uma atividade masculina e representa a mais baixa posição na hierarquia dos pescadores; tendo em vista os muitos riscos de ferimento no ambiente perigoso do mangue, a necessidade de se sujar na lama e a pouca rentabilidade. A coleta de moluscos do estuário é uma atividade eminentemente feminina, considerada bastante trabalhosa, mas que exige pouca habilidade. Está voltada quase exclusivamente para subsistência familiar, pois os moluscos têm baixo valor comercial. Esse tipo de pesca representa um nível intermediário entre a pesca de peixe e a captura de caranguejo.

É bastante recorrente nas trajetórias dos atuais filiados às colônias de pescadores da região um *continuum* de deslocamentos, seja circulando entre diversos engenhos à procura de casa, trabalho e espaço para cultivar lavouras ou de migração para as grandes cidades. Muitos já migraram para São Paulo e Rio de Janeiro devido à falta ou precariedade de trabalho na região. Alguns destes migrantes retornaram em função do refluxo do mercado de trabalho no Sudeste entre os anos 1980 e 1990. Uma outra parcela empregou-se nas prefeituras da região, que se transformou em principal contratadora para muitos dos habitantes pouco qualificados da cidade.

A motivação para a filiação a uma Colônia de Pescadores estava ancorada na linguagem dos direitos: o ato de filiar-se à colônia visava a, simultaneamente, poder “pescar dentro do direito” e “garantir direitos”. O principal dos sentidos referentes à concepção de direitos remetia ao direito à carteira de pescador; só a colônia podia atestar que determinada pessoa era um pescador e a carteira de pescador era uma comprovação para as autoridades ambientais de que se estava trabalhando legalmente. Por vezes, os pescadores relacionaram a carteira de pescador profissional à carteira de trabalho, usando a expressão “ter a carteira assinada pela colônia”. A entrada para a colônia também permite direito à aposentadoria¹⁶; cabendo ao presidente da entidade atestar os anos de trabalho e ser mediador dos pescadores junto a INSS, IBAMA e Mi-

¹⁶ A aposentadoria de pescador é uma categoria especial da Previdência Social. O Pescador Artesanal não precisa contribuir para a previdência e poderá se aposentar aos 60 anos para homens e 55 para mulheres. A aposentadoria será de um salário-mínimo. O principal requisito para a categoria é a comprovação de 15 anos de atividade como pescador. Outras atividades como marisqueiro, catador de caranguejo ou crustáceo, pescador de camarão ou limpador de pescado também estão incluídas.



nistério do Trabalho. Semelhantemente ao sentido atribuído, outrora, ao sindicato de trabalhadores rurais na região, a colônia vinha sendo percebida como um instrumento disponível para garantir algum acesso ao direito de aposentadoria.

RETOMANDO O SENTIDO DOS MUTIRÕES

Durante os períodos de trabalho de campo que realizei anos atrás para a tese de doutorado, tive a oportunidade de acompanhar diversos mutirões de limpeza do manguezal e plantio de vegetação de manguezal promovidos pela Colônia de Pescadores de Rio Formoso nas margens do rio que banhava a sede municipal. Estes mutirões reuniam em torno de cem participantes e tiveram apoios diversos nos anos de realização tais como Prefeitura, Comissão Pastoral de Pescadores, CPRH e Ibama.

Os mutirões foram eventos centrais para dar visibilidade à nova colônia de pescadores que pouco a pouco foi ganhando muitos sócios que a buscavam ter alguma proteção e segurança através do acesso a direitos como a aposentadoria em um contexto de escassez de empregos formais na região, provocado pela onda de falência das usinas, com o fechamento do mercado de trabalho para migrantes vindos do Nordeste.

Os mutirões de pescadores aconteciam desde a primeira metade dos anos 2000, empoderavam socialmente a Colônia enquanto instituição representativa e apoiada por órgãos do Estado e, desta forma, conferiam status a uma camada social urbana marginalizada por não ter emprego formal e por ocupar áreas periféricas. A reconstituição histórica das categorias sociais que realizei até aqui procuraram entender os processos de mobilização da limpeza das praias em 2019. Creio que tal processo só pode ser compreendido à luz de uma cuidadosa contextualização histórica de lutas e de grandes transformações sociais ocorridos na região canavieira, particularmente, no litoral Sul de Pernambuco.

À primeira vista, os mutirões de 2019 poderiam ser facilmente enquadrados nos chamados novos movimentos sociais mencionado por Castells (2013), tendo em vista a insuficiência do sistema representativo ocidental, o forte caráter emocional e de indignação que desencadeou a ação coletiva de limpeza das praias e a importância da conectividade, apontando as “redes sociais da internet” como produtoras



de novas formas de mobilização. Lembro a importância e agenciamento de grupos de *WhatsApp*, Facebook como veiculadores de informações, sentidos, atribuições de responsabilidade e como um facilitador da organização das ações.

A breve sociogênese das mobilizações apresentada no texto e seus variados sentidos no tempo nesta região nos permitem vislumbrar um processo em que se consolidaram padrões de comportamento coletivo que devem ser considerados para uma compreensão menos apressada da mobilização de 2019, mais ancorada no universo de sentido preciso da região canavieira de Pernambuco.

Desde o fim da década de 1990, acontecem os mutirões de limpeza na região. Estes eventos tornaram-se um emblema de organização, afirmação e expressão política de um segmento social urbano periférico. O trabalho relacionado à exploração turística de rios e praias vem adquirindo importância significativa e crescente diante de outras alternativas laborais tradicionais associadas à monocultura canavieira, a agricultura familiar e o serviço público. O turismo deixou de ser um “bico” e vem emergindo como uma das poucas atividades econômicas estáveis e com possibilidade de recrutamento para emprego formal no litoral sul pernambucano.

O caso explorado no artigo aponta para os efeitos do recuo agroindustrial nas áreas canavieiras e da crescente importância da exploração turística na área litorânea destas regiões. O vazamento de óleo de grandes proporções que atingiu praias e rios na região adquiriu um sentido trágico não apenas na fauna e na flora local, mas comprometeu a sobrevivência de numerosas famílias com opções já reduzidas pela crise canavieira.

Como tentei demonstrar, a partir de uma “perspectiva processual, tendo como principal ferramenta de campo a descrição etnográfica baseada na observação participante, atenta aos atores sociais e eventos significativos para a investigação” (PINTO; PEREIRO, 2010, p. 452-453), a mobilização de 2019 exige esta abordagem configuracional, ancorada em uma dimensão temporal para além do momento do evento da limpeza das praias e mangues em si. No entanto a recorrência de mutirões “ecológicos” lança pistas valiosas para compreendermos os efeitos sociais de processos de reconversão econômica de regiões para atividades turísticas, indicando que tais fenômenos podem constituir-se importantes janelas para a compreensão de novas crenças e padrões de regulação social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- BETIM, Felipe. O trabalho quase impossível de se limpar com as mãos as praias contaminadas por óleo do Nordeste. **El País**, Cabo de Santo Agostinho, 23 out. 19. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/23/politica/1571782882_235970.html?rel=listapoyo>. Acesso em: 23 out. 2019.
- CALLADO, A. **Tempo de Arraes**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editora, 1964.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COMITÊ da campanha Mar de Luta. **Manifesto Campanha Mar de Luta: Justiça Social aos Povos das Águas**, Brasília, 30 ago. 2020. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/publicacao/manifesto-campanha-mar-de-luta-justi%C3%A7a-social-aos-povos-das-%C3%A1guas>>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- COSTA, Rodolfo. Vazamento de óleo no Nordeste é página virada, diz presidente da Embratur. **Correio Brasiliense**, Brasília, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/11/25/interna-brasil,809085/vazamento-de-oleo-no-nordeste-e-pagina-virada-diz-presidente-da-embra.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- DONATO, Mauro. “Se não fizermos, ninguém vai fazer por nós”, diz padre que comanda mutirão em praias de Pernambuco. **Diário Centro do Mundo**, 23 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593743-se-nao-fizemos-ninguem-vai-fazer-por-nos-diz-padre-que-comanda-mutirao-em-praias-de-pernambuco>>. Acesso em: 23 out. 2019.
- FERRAZ, Artur; SILVA, Wellington. Desastre que vem do mar: saiba mais sobre o óleo que chega às praias do Nordeste. **Folha de Pernambuco**, Recife, 19 out. 2019. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/desastre-que-vem-do-mar-sai-ba-mais-sobre-o-oleo-que-chega-as-praias-do/120312/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- MENEZES, Thereza C. **Da Cana ao Caos. Usos Sociais do Meio Ambiente no Litoral Sul-Pernambucano em Perspectiva Comparada**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social- Museu Nacional, UFRJ.
- OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi>



d=S0101-33002006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PALMEIRA, Moacir. The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, N. (ed.). **The Structure of Brazilian Development**. Nova Iorque: Transactin Books, 1977. p. 71-98.

PINTO, R.; PEREIRO, X. Turismo e Antropologia: contribuições para um debate plural. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, n. 13, p.219-226, 2010.

RAMALHO, Cristiano W. N. **A situação do comércio de pescados em algumas localidades pernambucanas: reflexões preliminares após os vazamentos do petróleo**. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)-DS/PPGS/UFPE, 2019. p. 01-05.

SIGAUD, Lygia. **Os Clandestinos e os direitos**. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.

Recebido em: 25/02/2021

Aceito para publicação em: 16/06/2021

